

Trabalho, Materialismo e Natureza Segundo Marx e Engels

*César Augusto Soares da Costa*¹
*Francisco Quintanilha Veras Neto*²
*Carlos Frederico Bernardo Loureiro*³

Resumo: A questão do trabalho e sua transformação ao longo da história suscitam as mais diferentes interpretações desde o momento em que foram colocadas. As tradições clássicas burguesas, assim como da marxista compartilham do ponto de vista de que o trabalho é o fato social principal. Elas concebem a sociedade moderna e sua dinâmica central como uma sociedade do trabalho. Pois o trabalho na concepção do materialismo histórico é entendido como o constituidor da essência humana. Ele é visto ontologicamente como sendo uma atividade inerente a todos os indivíduos; uma atividade exclusivamente humana. Portanto, a intenção do nosso breve artigo, é ir analisar a centralidade da relação entre trabalho, materialismo e natureza segundo o enfoque de Marx e Engels com vistas a dar subsídios para a discussão ambiental contemporânea.

Palavras-chave: História; homem; trabalho.

Introdução

A questão do trabalho e sua transformação ao longo da história suscitam as mais diferentes interpretações desde o momento em que foram colocadas. “As tradições clássicas burguesas, assim como da marxista compartilham do ponto de vista de que o trabalho é o fato social principal. Elas concebem a sociedade moderna e sua dinâmica central como uma sociedade do trabalho” (OFFE, 1995, p. 164). Certamente todas as sociedades são forçadas a entrarem num “metabolismo com a natureza” por meio do trabalho e a organizarem esse metabolismo de forma que

¹ Sociólogo e Pesquisador. Doutorando em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Mestre em Ciências Humanas/PUCRS. Bolsista do CNPq-Brasil.

² Doutor em Direito/UFPR. Professor e Pesquisador no PPG em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.

³ Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor Titular no PPG em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Pesquisador Associado no PPG em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande/FURG

seus produtos garantam sobrevivência física de seus membros (OFFE, 1994). Daí, assinalarmos para a questão do trabalho e seu papel no processo de evolução humana a partir na natureza. Tal importância do trabalho pode ser facilmente observada quando examinamos o processo pelo qual passou o homem no que se refere à utilização das mais diversas ferramentas ao longo da história. Contudo, não basta enumerar as diferentes ferramentas que os homens utilizaram ou descrever suas distintas relações com o meio ambiente. Pois o trabalho na concepção do materialismo histórico é entendido como o constituidor da essência humana. Ele é visto ontologicamente como sendo uma atividade inerente a todos os indivíduos; uma atividade exclusivamente humana. O trabalho é a fonte da essência humana.

Braverman (1987), no capítulo primeiro de sua obra *Trabalho e Capital Monopolista*, também apresenta uma reflexão acerca do trabalho em sentido geral. Para Braverman, o que os animais fazem, é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. Já o homem modifica-a e a obriga a servi-lhe, *domina-a. O trabalho humano é consciente e proposital*, ao passo que o trabalho dos animais é instintivo (BRAVERMAN, 1987). Aqui entra o importante debate, no papel do trabalho na constituição da cultura, inclusive a tecnologia que fazem a mediação e transformação antropocêntrica da natureza. Braverman introduz a reflexão acerca do trabalho no modo capitalista de produção. Afirma ele: “na produção capitalista, a *diferença específica é a compra e venda de força de trabalho*”. Para esse fim três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade: a) Os trabalhadores são *separados* dos meios de produção; b) os trabalhadores estão *livres* de restrições legais; c) o propósito de emprego do trabalhador torna-se a *expansão de uma unidade de capital* pertencente ao empregador – o capitalista.

Engels tem por objetivo analisar o *trabalho* em geral, assim também como Marx fará no início do capítulo V do livro primeiro de *O Capital*. Neste excerto muito conhecido e utilizado, Marx está analisando o processo de trabalho em geral, o trabalho como um processo contínuo, dialético e necessário entre homem e natureza em qualquer modo societal. Segundo Marx, “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza” (MARX, 1985, p.211). O interessante é que Engel teve estes “insights” sem uma ciência paleontológica sedimentada, pois muitas de suas percepções dos textos somente foram confirmadas depois dos anos 60 por achados fósseis, e pela criação de uma linha da paleantropologia que viu o papel do fogo, do consumo de carne e

das mãos nesta transformação. Embora a postura bípede, parece que surgiu no *Ardipithecus*, muitos antes do que se pensava, em relação a Lucy que já vivia em Savanas tropicais, e não em Selvas tropicais na Etiópica. A postura bípede, talvez tenha surgido por propósitos sexuais, pois facilitava trazer comida para a fêmea e para a prole, pelo macho e isto teria liberado as mãos, o que favoreceu a tecnologia. O cérebro encontrou o instrumento para transformar a natureza chegando ao seu apogeu com a sociedade tecnológica capitalista criada pela Revolução Industrial, uma fração mínima do tempo da história da evolução natural do homem.

O exercício de verificar como é abordada a questão da natureza nas obras de Marx, em nossa concepção, contribui com a Educação Ambiental, ao aprofundamento dos fundamentos da Educação Ambiental e à produção de abordagens críticas e emancipatórias, seja na superação das relações sociais, e, portanto, passíveis de exploração sem fim da natureza e dos demais seres vivos. É preciso ir mais fundo nesse problema, afinal o trabalho cumpre papel central no processo de transição do macaco em homem segundo o enfoque Engelsiano e no locus marxiano.

A dialética da natureza em Engels sempre foi rotulada como excessivamente positivista, por autores essenciais como Gramsci e mais autores como John Bellamy Foster (1999) privilegiam uma nova interpretação em que o marxismo precisa dialogar com as ciências naturais, para buscar um ecomarxismo ou um ecossocialismo possível, superador das práticas autoritárias, hierárquicas, burocráticas que resultaram na subjugação do homem e da natureza, em experiência do socialismo real guiadas pelo stalinismo.

1. Materialismo e a Natureza de Engels

Os seres humanos são seres naturais, pois a espécie humana surgiu pela evolução da natureza e permanece ligado a ela, inclusive se esta ligação da sociedade-natureza é modificada pelo desenvolvimento das forças produtivas (BAGAROLO, 1996, p. 372), que jamais pode ser suprimida. Esta primazia da natureza equivale afirmar, ao menos em parte, a ação transformadora do homem, em termos ontológicos, a uma visão materialista da natureza e do ser humano (BAGAROLO, 1996). Assim, a defesa do enfoque materialismo nunca foi uma abordagem sem relevância, visto que correspondia a uma necessidade teórica, pelo fato que apontava uma luta para conquistar as mentes do trabalhador frente os desafios para sua classe. O materialismo histórico dialético

oferece uma síntese social para as novas abordagens científicas das teorias dos sistemas, da complexidade, da ecologia profunda, que não entendem as relações sociais engendradas pelos humanos na constituição de forças produtivas, classes e ideologias. Tais idéias se apropriam da técnica pela razão instrumental na formação de uma estandardização comercial e cultural em tempos de globalização neoconservadora com dominação do sistema financeiro transnacional que serve à uma minoria de multimilionários que conduzem a humanidade a barbárie, a falta de água, comida, habitação, as guerras neocolonialistas centradas no superimperialismo Europeu, dos EUA, etc.

Para Engels, o prestígio das ciências naturais, contribuía para acalentar leituras do ser humano segundo dogmas naturalistas ou muitas vezes, deterministas, excluindo a historicidade do debate. Todavia, a luta pelo materialismo possui um sentido e razão bem precisa; conscientizar os homens de que podiam ser os donos do seu próprio destino, ao menos quando tomasse sua libertação das formas de consciência alienada (BAGAROLO, 1996, p. 374).

A partir disso, o materialismo corresponde a uma compreensão e à valorização da potencialidade de libertação humana sob o ponto de vista do progresso das ciências e das forças produtivas, que apenas o socialismo pode colocar ao oferecimento à todos. Isto significa que, o materialismo de Engels não afirma a redutibilidade do real à matéria como lado físico, como por muito tempo assinalava o mecanicismo do século XVIII e o materialismo vulgar do século XIX, senão uma opção a favor da unidade do real (homem e natureza, matéria e espírito), na qual o homem é parte e a natureza do todo e o pensamento é o dado derivado e não originário (BAGAROLO, 1996, p. 375).

Segundo o pensamento Engelsiano, a dialética é um método do pensamento mais real para compreendermos teoricamente a natureza quanto processo e devir; ela é a “lógica da coisa mesma”. Engels procura demonstrar que esta hipótese de trabalho está fundada e se torna inseparável do surgimento da ciência moderna da natureza e de seus resultados precisos. Ou seja, que as leis da dialética podem ser investigadas tanto na esfera do pensamento como na natureza. Ou seja, para Engels

a dialética é, acima de tudo, “ciência das relações”, o modo de pensar e as conexões do que se encontra aparentemente distante e separado, a transformação do que parece imutável, a transformação incessante das formas naturais, a emergência de novas possibilidades do curso mesmo da evolução natural e histórica, assim

como o elo de unidade e diferenciação, de solidariedade e luta, que subsiste entre o homem e a natureza (BAGAROLO, 1996, p. 376).

2. Premissas conceituais: trabalho e natureza em Marx

Para chegar a uma definição de trabalho, é preciso procurar os elementos que definem, ao longo da trajetória humana bem como as relações estabelecidas entre o homem e o ambiente. Ora, “o trabalho só começa quando uma determinada atividade altera os materiais naturais, modificando sua forma original” (COGGIOLA, 2002, p. 182). Ou seja, pode-se definir o trabalho como o processo que realiza a mediação entre o ambiente e o homem, quando este põe em ação as forças de que seu corpo está dotado – braços, pernas, cabeça, mãos –, transformando os elementos que encontra disponíveis na natureza em produtos, suprindo assim suas necessidades, não importando “se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1985, p. 45).

O trabalho assim concebido – ação deliberada sobre o meio, caracterizada e dirigida pela inteligência e pela capacidade de abstração e formulação de conceitos – nada tem a ver com as atividades que realizam outros animais, como as abelhas ou as formigas. O homem, ao atuar “sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1985, p. 49). O trabalho humano não é ação sobre o meio realizado de forma instintiva ou mecânica, mas processo complexo de aprendizagem, onde o homem não se limita a repetir ações e processos, como os outros animais, mas desenvolve técnicas e tecnologia que lhe são úteis. Ou seja, o homem se diferencia pois cria suas próprias ferramentas e sua ação não se limita a modificar os materiais que encontra disponíveis na natureza:

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 149-50).

Todavia, entendemos no corpo do pensamento marxiano-engelsiano que o trabalho humano apenas media a relação homem-natureza, tornando adaptada a natureza as demandas humanas, mas

a fonte de riqueza é a natureza da qual são os produtos e bens de consumo por via do trabalho (RODRIGUES, 2002). O que evidencia na abordagem, que para Marx, humanidade e natureza estão inter-relacionadas e que a maneira historicamente específica das relações de produção constitui o cerne dessa inter-relação em qualquer período. Pois o mesmo, já havia aludido nos *Manuscritos de 1844*, citados por Foster e Lowy tal relação:

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é parte dela (FOSTER, 1999, p. 165; LOWY, 2005, p. 21).

Desde os primeiros tempos da humanidade houve uma *divisão do trabalho*, que no início se dava em função de características fisiológicas, como gênero, idade, força física, até considerando mútua cooperação entre culturas e exercendo influência nos povos contemporâneos (DURKHEIM, 2005). Nas sociedades antigas o trabalho se dava de modo coletivo, orgânico, destinado basicamente a produção de bens, visando de maneira objetiva à satisfação das necessidades primárias e o cerne limitava-se à obtenção de valores de uso (RODRIGUES, 2002, p. 12). A própria dança, o folclore, os rituais ensejavam uma base cultural de mediação do homem e da natureza, ainda não dicotomizada pelas relações produtivas engendradas na Antiguidade ou nos novos entornos sociais do capitalismo estabelecido no sistema mundo, com seu centro e sua periferia.

Logo, é na sociedade capitalista que as mediações se tornam mais complexas, onde o valor atua como mediador das relações humanas e de acesso à natureza (RODRIGUES, 2002, p. 12). Mas, à medida que o trabalho se diversificava e se tornavam mais complexas tanto a técnica como a tecnologia, essa primeira divisão do trabalho foi sendo superada pela divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Passava a haver, quanto à função imediata do indivíduo no meio social, um trabalho realizado pela mente e um trabalho realizado pelas mãos, sendo o primeiro entendido como afastado da prática humana, um produto da consciência humana e não de um órgão. Cada indivíduo ficou limitado a esferas profissionais particulares, exclusivas, não devendo sair delas, sendo unicamente caçador, operário, professor ou administrador. Com essa divisão, o trabalho e seus produtos

passaram a ser, qualitativa e quantitativamente, distribuídos de forma desigual (MARX E ENGELS, 1996, p. 44-48). Também as relações homem-natureza assumem novos postulados, em que novas perspectivas são assumidas no lucro, exigindo um uso mais acelerado dos recursos naturais extraídos pelo trabalho (RODRIGUES, 2002, p. 12).

Conclusão

A partir de nossas breves observações, entendemos que é necessário, no referencial das ciências sociais, restabelecer a centralidade da categoria trabalho para entender a vida humana (SILVA, 1997), retomando a compreensão do trabalho como ação que “produz a natureza humana na mesma medida em que a delimita e a diferencia da natureza puramente animal, através de uma apropriação específica do próprio mundo natural” (COGIOLA, 2002, p. 183).

Dentro desse panorama, teríamos dois breves apontamentos: a) Na sociedade refletida por Marx e Engels, o trabalho com as mãos é ato de rebaixamento do homem, ficando condicionados a seres “inferiores”. Um outro tipo de “trabalho cerebral”, recebe importância maior, sendo muitas vezes não considerado trabalho, esquecendo-se inclusive que depende de um órgão do corpo humano, o cérebro. Do mesmo modo, esquecemos que não há trabalho puramente cerebral ou puramente manual, sendo a prática uma parte constitutiva do aprendizado. Olvidamos também que aqueles trabalhadores supostamente menos relevantes, os que trabalham com as mãos, são os que produzem as riquezas materiais que servem para suprir as necessidades humanas. Se negamos ao trabalho sua importância fundamental, negamos nossa própria história, a história do “animal racional” (no puro sentido Aristotélico) que chegou a ser o que é, a tornar real um mundo de sonhos e maravilhas, ou de até, no pessimismo revolucionário, ser incapaz de transformar suas relações sociais pelo trabalho (GORZ, 1987. p. 85); b) por fim, asseveramos que Engels, da mesma forma que Marx, deixou cristalizado em sua obra a participação do homem na natureza, de sua posição diferenciada ao comparar com as outras espécies vivas, de sua presença modificadora. Neste movimento a própria natureza humana é construída e modificada constantemente e, segundo a abordagem marxiana-engelsiana, com o surgimento do modo de produção capitalista, com o aparecimento da burguesia explorando os trabalhadores e degradando a natureza. De tal consequência histórica, surge a possibilidade histórica dos

oprimidos construirão a transformação por completo do modo de produção existente e, com ele, a ordem social vigente ao mesmo tempo em que ressignifique a relação das sociedades com a natureza, produzindo outras relações socioambientais (MACHADO E MORRONI, 2010). Eis nosso ponto de partida. Avante trabalhadores de todo mundo!

Abstract: Abstract: The question of labor and its transformation throughout history raises the most different interpretations from the time they were placed. The classic traditions of bourgeois as well as of the Marxist view that the work is the main social fact. They conceive of modern society and its central dynamics as a work society. For the work in the conception of historical materialism is seen as constitutive of the human essence. He is seen as an activity ontologically inherent to all individuals, an exclusively human activity. The intention of our brief article, is to examine the centrality of the relationship between work, materialism and nature according to the approach of Marx and Engels in order to make allowances for the contemporary environmental debate.

Keywords: History; man; work.

Referências Bibliográficas

BAGAROLO, Tiziano. Engels: a Dialética materialista na História e na Natureza. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 371-377.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã; Edições Pulsar, 2002.

DARWIN, Charles. *A Origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: HEMUS, 1974.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUARTE, Rodrigo. *Marx e a Natureza em O Capital*. 2ed. São Paulo: Loyola, 1995.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem [1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. II.

FOSTER, Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen; FOSTER, B. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 161-174.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, Editora Universitária, 1987.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. 2ª ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

HAECKEL, Ernst. *A Origem do homem*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1989.

LEAKEY, Richard. *A Origem da espécie humana*. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

LOWY, Michael. Progresso destrutivo: Marx, Engels e a Ecologia. In: LOWY, M. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21.

MACHADO, C; MORRONE, E. *A Natureza em Marx e Engels*. Rio Grande, Rema, v. 24, 2010. p. 1-11.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. I, t. 1.

MARX, Karl, ENGELS, F. *A Ideologia alemã: (I-Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K; ENGELS, F. *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. In: Escritos Econômicos vários. México: Grijalbo, 1966.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Francisco. Estudo do meio ambiente e a tradição marxista. Santa Cruz, *Barbarói*, n. 17, jul-dez, 2002, p. 7-21.

SILVA, Michel. O macaco e o trabalho. *Revista Urutágua*, Maringá, N. 14, dez. 2007.

